

A SITUAÇÃO EDUCACIONAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ, UM ESTUDO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS CHAVE PARA EFICÁCIA ESCOLAR.

Flaviane Ferreira da Silva

Mestranda do Programa de Pós-graduação
em Políticas Sociais/CCH/UENF - Brasil
flaviane.fv@gmail.com

Geraldo Márcio Timóteo

Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro - Brasil
geraldotimoteo@gmail.com

RESUMO

Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, obteve no IDEB de 2011, a última posição entre os 92 municípios fluminenses. Em busca de respostas que permitam compreender esse processo, realizaremos uma pesquisa cujo objeto de estudo é a análise do desempenho diferencial de seis escolas, duas de cada rede (municipal, estadual e privada), cujo desempenho no SAEB tenham sido opostos (melhor e pior desempenho). Para isso, utilizamos as características-chave das escolas eficazes, apontadas por Pam Sammons (2008), quais sejam: liderança profissional e objetivos e visões compartilhados, como elementos iniciais que permitirão diagnosticar o insucesso, ou o sucesso dessas escolas. Como metodologia optou-se pela abordagem quanti - qualitativa.

Palavras-chave: Eficácia; Educação; Avaliação.

INTRODUÇÃO

Em busca de respostas que permitam compreender o processo educacional das escolas em Campos dos Goytacazes, que desde o último relatório do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2011, ocupa a última posição no *rank* estadual, que conta com 92 municípios, este trabalho procurará identificar os elementos presentes em um determinado estabelecimento educacional que lhe permite aferir uma maior eficácia educacional em relação a outras unidades escolares que não alcançam esse mesmo objetivo.

Para isso serão analisadas duas características chave das escolas eficazes, apontadas por Pam Sammons (*apud* BROOKE e SOARES, 2008), como fatores que contribuem para o melhor ou pior desempenho institucional das unidades escolares. As duas categorias chave são: 1) Liderança profissional firme e objetiva; 2) Objetivos e visões compartilhados, como elementos de aproximação com a realidade pretendida para o estudo.

Importa ressaltar que a literatura especializada tem trabalhado com 11 características chave (descritas à frente), que serão mais bem analisadas durante o desenvolvimento da pesquisa a ser realizada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Norte Fluminense (UNF), com resulta dos previstos para 2014.

A fim de ser alcançado o objetivo apresentado optou-se, como um caminho metodológico, pela abordagem quanti – qualitativa em que será utilizada, em um primeiro momento a pesquisa documental e entrevista em profundidade; e, no segundo momento, será feita a aplicação de questionários.

Inicialmente, aponta-se que a discussão acerca das contradições a respeito do conceito de eficácia junto aos pesquisadores da educação; em seguida discute-se sobre a eficiência e eficácia das Políticas Públicas que se intensificou nos últimos anos e tem sido aplicadas às mais diversas áreas, principalmente, no intuito de atender às carências da sociedade nas áreas de saúde, educação e segurança pública, buscando considerar as peculiaridades de alguns grupos, tais como: portadores de deficiência, idosos, crianças de rua, população de baixa renda, população escolar, dentre outros. Faz-se necessário que sejam pensadas políticas públicas adequadas e voltadas para o atendimento das especificidades destes grupos. Contudo, o que se acredita é que para que essas políticas sejam, de fato, efetivadas é preciso elaborar um diagnóstico mais preciso que oriente as ações a serem desenvolvidas.

Ao mencionarmos estas políticas educacionais, podemos compreendê-las das mais variadas formas e, em quase todos os discursos, aparecem com o intuito de aumentar a eficácia das ações implementadas nas escolas. A tentativa de compreensão se dará, inicialmente, por meio das duas características chaves das escolas eficazes. Essa escolha se deve ao fato de acreditarmos que há uma estreita relação entre os resultados alcançados pelas escolas das cidades e a forma como a sociedade Campista tem organizado a escola, especificamente, no que diz respeito à formação de lideranças dentro das escolas e os objetivos que orientam a sua prática pedagógica.

Contradições do termo eficácia escolar

No Brasil, os estudos sobre o efeito que as escolas produzem sobre o seu alunado é pouco explorado, e, muitas vezes, o termo eficácia soa um pouco "indigesto" aos ouvidos daqueles que atuam diretamente na escola ou trabalham com a formação continuada dos professores.

Existe um paradoxo a ser desvendado entre o que se quer compreender a respeito dos efeitos das escolas sobre a aprendizagem dos educandos, levando-se em consideração o seu background educacional e familiar, e as intenções dos gestores quando falam em eficácia, sendo, muitas vezes, apenas elementos norteadores da aplicação e alocação de recursos e não uma busca de identificar experiências que contribuam para o aperfeiçoamento da arte de educar.

A questão da eficácia já é bastante discutida, aparecendo no discurso até mesmo daqueles que foram os pioneiros da educação no País, os quais expressavam que,

Não há um que desconheça e não proclame a importância e a eficácia do papel da educação, restaurada em bases novas, na revisão de valores e de mentalidade, na criação de novos estilos de vida, como na participação do próprio progresso material (AZEVEDO p. 91, 2010).

É comum encontrar, entre aqueles que trabalham com a educação, certa referência negativa quanto à maneira como a questão da eficácia foi sendo posta ao longo da história. Alguns professores dizem que o termo eficácia escolar é ambíguo, racional e adequado mais a empreendimentos que visem lucro do que aqueles cujos objetivos principais são proporcionar uma aprendizagem significativa. Ou seja, o conceito determinaria, por assim dizer, apenas a quantificação daquilo que não pode ser quantificado.

Perrenoud (1998) mostra que a avaliação, no tocante ao método utilizado, pode ocorrer de formas tanto quantitativa como qualitativamente, mas, o que mais importa, quando nos dirigimos a realizar uma pesquisa que envolve uma avaliação da escola nunca devemos,

“esquecer que, desde o momento em que sua vinda é anunciada, ele passa a estar implicado nos jogos e interesses dos atores; nem o fato de não pertencer à organização avaliada, nem seu método “científico” garantem, como tais, sua neutralidade, ao menos aquela que lhe é atribuída ; a avaliação nunca é inocente, não beneficia igualmente a todos os atores, nunca é pedida ou aceita por todos no mesmo grau ou pelas mesmas razões ; o momento em que ela sobrevém sempre é o melhor para alguns e o pior para outros

Essas questões são, ainda, mais importantes, quando consideramos que a escola é o lugar, por excelência, que trata do reconhecimento e desenvolvimento da própria inteligência. Assim, podemos verificar que, quando Morin (apud Martins & Silva, 2000) conceitua o desenvolvimento da inteligência, ou da própria inteligência, ele a determina como uma parcela de um todo e não como um elemento a ser compartimentado, algo como a reproduzir respostas, mecânicas, disjuntivas e que, ao final, acaba por reduzir a realidade a uma sequência binária entre erros e acertos, maniqueísta, portanto. Dessa forma, ao estabelecermos uma pesquisa em que seu elemento principal é identificar elementos distintivos entre escolas que produzem menos ou mais efeitos sobre o desenvolvimento da inteligência dos sujeitos por ela assistidos, temos que considerar, claramente, que não estamos afirmando que há apenas um meio, uma só forma, que uma vez identificada possa ser colocada em um manual e reproduzida *ad infinitum* (Martins & Silva, 2000).

O que se percebe é que este tema é visto de forma preconceituosa. Muitos não conhecem as especificidades que estes estudos trazem; tampouco conhecem como podem contribuir de forma concreta para a realidade da escola. O que não se entende claramente é que a eficácia escolar não se aplica tão somente ao desempenho estudantil nas avaliações externas, mas, muito além, pode e contribui na organização escolar de modo geral. Eficácia não se refere à avaliação pela avaliação e seus resultados; ao contrário, quer expressar a avaliação como um dos meios de se perceber as formas de se reproduzir a qualidade oferecida pelas escolas, ou por algumas escolas.

O que se precisa compreender nos estudos relacionados à eficácia escolar é que, apesar de o tema referente aos resultados das avaliações externas ser o ponto central e vigente no início do século XXI, a ideia é que possamos extrapolar os resultados,

entendendo os indícios que apontam para a escola como produtora de uma educação de qualidade, em que seja analisado em que medida a participação de professores, alunos, gestores, pais e comunidade são necessárias para assegurar o bom desempenho educacional localmente.

De acordo com Brooke e Soares (2008), outro ponto importante para a determinação e o alcance de uma maior eficácia escolar e que é, normalmente, negligenciado, são as políticas e práticas internas que elas desenvolvem, e o quanto isto tem acrescentado ou não ao aprendizado de seus discentes. Tanto eficácia quanto equidade precisam ser observadas entre os grupos sociais, pois, no Brasil, há uma diversidade muito grande de raça, cor e nível socioeconômico, que se refletem na capacidade de determinados grupos sociais de terem melhor acesso à riqueza produzida pelo esforço coletivo.

Para estes autores, tanto a gestão administrativa escolar quanto a prática do ensino fazem parte de um olhar necessário a uma leitura que abarque a realidade escolar, em suas multidisciplinaridades e interesses. Ou seja, para compreendermos o processo de interação para a produção do desempenho, temos que ter em mãos medidas de avaliação que se não têm o poder de comprovar a origem da aprendizagem de um aluno, ou melhor, os meios pelos quais essa aprendizagem foi produzida, ao menos são capazes de servir como indicador, no mínimo, de práticas que podem contribuir para indicar caminhos para a melhoria das condições em que ocorre o desempenho dos alunos, bem como de toda a instituição escolar.

EFICÁCIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: QUAL O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR?

O termo eficácia escolar, traduz o resultado alcançado pelas escolas quando conseguem proporcionar progressos substanciais, mais do que esperados, aos seus alunos, ao longo de todo o percurso escolar dos discentes. Um dos instrumentos utilizados, no Brasil, para a verificação dessa eficácia escolar é a Prova Brasil/ SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que nos fornece dados acerca das médias de desempenho dos alunos a partir de avaliações dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática.

Esse sistema de avaliações é também utilizado para compor o cálculo do IDEB, criado em 2007, para medir a qualidade de cada escola e, também, de cada rede de ensino,

composta pelas redes privadas e pelo sistema público (municipal, estadual e federal). De acordo com o MEC (Ministério da Educação), o indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e em taxas de aprovação dos discentes, ou seja, pela diminuição das taxas de repetências nos diversos níveis escolares. Assim, para que o IDEB de uma escola ou da rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula¹.

Todos estes itens são importantes e sinalizam a preocupação em se criar um sistema educacional que ofereça uma escola de qualidade. Contudo, temos que os resultados obtidos pelos alunos são fruto de todo um processo, que envolve a escola, os pais, os professores, os funcionários e a direção, em consonância com a forma como as políticas educacionais locais são implementadas. Entendemos que a análise de todos esses elementos nos permitirá, ao final de nosso estudo, fazermos uma leitura um pouco mais clara acerca do conceito de eficácia.

Liderança Forte e Objetivos e Visões Compartilhadas

Ainda neste contexto, porém partindo da minha experiência como pedagoga, em 2007, tive a oportunidade de trabalhar como supervisora pedagógica em uma escola estadual de Minas Gerais que atendia alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. Importa ressaltar que nesta escola aplicaram-se pela primeira vez estas avaliações do SAEB. Meses depois, recebemos o relatório disponibilizado pelo IDEB.

Naquele ano, não tínhamos muita expectativa com relação a resultados, recebemos o boletim com os descritores (explicações dos graus de desempenho) juntamente com o relatório de desempenho dos alunos. Não conseguimos atingir um bom índice de desempenho e imediatamente fomos orientados pela Diretora da escola, em nome da Superintendência de Educação, a organizarmos uma ação junto aos professores, com a finalidade de apresentar os índices de desempenho, bem como os gráficos de rendimento daquela instituição.

Assim, a pedagoga, no caso eu, que atendia aos alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, juntamente com outra pedagoga, que assistia as turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, deveríamos elaborar um plano de

¹ Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view=article

intervenção pedagógica que envolvesse toda a escola incluindo funcionários, pais e comunidade escolar.

A dificuldade enfrentada na época se deu pela forma como as coisas foram repassadas para todos, o que tornou o clima escolar, naquele momento, bastante tenso, cansativo, com muitas reuniões fora do horário normal. Não houve tempo para se organizar e pensar sobre o assunto, a direção da escola procurava conduzir tudo de forma a contemplar as ordens recebidas da Superintendência, sem, contudo, envolver de fato os professores e fazê-los participantes do processo. Essas ações chocavam-se, frontalmente, com a perspectiva desenhada por Samons (apud BROOKE e SOARES, 2008), que afirma que a liderança profissional na escola precisa ser firme, objetiva, mas, necessita, prioritariamente, agir com enfoque participativo.

Muitas pesquisas citadas por ela como, por exemplo, as organizadas na Inglaterra por Rutter et al., 1979; nos Estados Unidos por Edmonds, 1979; Brookover et al., 1994; dentre outras, apontam que um bom líder é aquele que procura desempenhar sua administração a partir de valores e objetivos da escola, envolvendo também outros funcionários nos processos de tomada de decisão da instituição com um todo.

As reuniões de planejamentos eram estressantes devido ao tempo escolar dos professores, e, também, pela dificuldade em se trabalhar em grupo. Não se conseguia fazer um trabalho interdisciplinar, pois o desejo de cada professor era de que seus conteúdos fossem cumpridos.

No que diz respeito a Campos dos Goytacazes, podemos perceber que há uma grande influência dos interesses políticos eleitorais da municipalidade na condução dos negócios escolares. A escolha da direção das escolas é feita pela Secretaria de Educação e seus objetivos são, claramente declarados, buscam ter a comunidade escolar como uma aliada da prefeitura, sem que isso signifique um compartilhamento de metas e objetivos a serem alcançados por aquela comunidade.

Temos, então, que muito do que vimos acontecer naquela escola de Minas, se repete em Campos. A colocação da cidade como último lugar no *rank* do Estado do Rio de Janeiro ensejou, apenas, o reforço de uma prática pedagógica que vem se mostrando ineficaz, a troca pura e simples de alguns diretores e o ordenamento de maior empenho dos professores encontra uma situação em que os salários estão defasados; e, como o próprio site da prefeitura admite, há um “elevado número de licenças médicas”, fazendo

com que haja a necessidade “contratações temporárias” para cobrir a deficiência nas 165 escolas da cidade, isso, apesar da contratação de mais de 1028 professores convocados em concurso.

Outra característica chave, que segue esta mesma linha da liderança apontada aqui como relevante no estudo sobre as escolas eficazes, está relacionada aos objetivos e visões compartilhados, que denotam sinais de bom diálogo e busca por consenso a respeito dos valores que a escola possui.

Este aspecto, segundo a autora, é crucial para qualquer organização e está diretamente relacionado à unidade de propósitos em que as instruções sejam “claras, públicas e consensuais.” (SAMONS, p. 356).

Buscando também uma relação do que se apresenta na literatura da área educacional com minha experiência profissional, retomo um segundo momento de minha prática pedagógica, agora em uma escola municipal em que eu atuava da educação infantil até o 5º ano, no ano de 2009. Não havia diálogo entre os pares, apenas, comunicados, ou seja, nesta escola os professores estavam acostumados a receber da direção e da coordenação as atividades pedagógicas e as decisões já resolvidas. Era uma escola de cidade pequena, muito envolvida pela política, o que tornava o trabalho mais difícil.

Certa vez, quando fui conversar com a secretária de educação a respeito de todos os pontos negativos que surgiram na escola, lhe propus, como um caminho de melhoria do quadro, que se desenvolvesse um ambiente mais compartilhado, onde o diálogo fosse o construtor das ideias e das atividades. Como resposta, me foi dito que não deveria tentar fazer isso, pois os profissionais da escola não responderiam e, se fosse como eu havia proposto, a escola deixaria de ser a instituição modelo da cidade, apesar de seu resultado no SAEB ter sido bastante ruim.

Dado apontado pelo GAME (grupo de avaliação e medidas educacionais da Universidade Estadual de Minas Gerais – UFMG), em trabalho publicado em 2002, reforça essa percepção de que a liderança exercida pela direção é fundamental para que se possa tanto realizar a construção e a execução de um projeto pedagógico dentro das escolas, quanto para a organização funcional da própria escola, promovendo a interação com os vários sujeitos que se encontram na instituição, “construindo legitimidade de suas ações” (Soares et al., 2000:17)

Uma terceira e última experiência, que ilustra bem esta linha da importância de uma gestão democrática, ocorreu na cooperativa educacional que trabalhei em 2007/2008, porém, neste momento, como professora do 4º ano. Era uma escola particular que atendia à classe média alta da cidade, mas que tinha uma proposta diferenciada das outras escolas particulares, pois, procurava trabalhar a escola na linha da educação ambiental e para isto, toda a escola estava envolvida com arte e música.

Todos participávamos dos planejamentos, havendo um bom diálogo. É bom, também, esclarecer que, como em toda escola, fazia-se difícil, em alguns momentos, lidar com algumas questões, principalmente pelo fato de a escola ser uma cooperativa de pais. Nem sempre os mesmos se mostravam de acordo com a pedagogia desenvolvida, mas, mesmo assim, era mantido um ambiente de diálogo que legitimava todos os envolvidos.

Fazendo uma comparação entre esta cooperativa e outra escola particular e confessional que trabalhei como professora de religião da educação infantil até o 4º ano, em 2010/2011, hoje, é possível notar a diferença existente entre as escolas quando tomamos estas duas características chave citadas acima: liderança profissional e objetivos compartilhados.

Fazendo a releitura desta experiência prática nas duas escolas, encontro indícios das características, porém, não eram efetivadas da maneira como os autores apontam. Pois, se na cooperativa existia um diálogo claro, na confessional era o contrário, talvez por ser uma escola de grande porte. A impressão que se tinha era que não conseguiam organizar de forma que imprimissem certa consistência nas ideias e atividades.

Segundo Verza (2000), “a democratização e gestão democrática da escola servem enquanto mediações que asseguram os processos pedagógicos eficazes à construção dos saberes indispensáveis para a vida numa sociedade complexa, dinâmica e atravessada por mudanças incessantes” (Verza p. 180-181). Essas mudanças devem ser observadas sempre com atenção e cuidado para que sirvam como mola propulsora de desenvolvimento para a sociedade.

O que se pede hoje é que a gestão seja democrática e que todos contribuam para o melhor desempenho estudantil, docente e, portanto, da escola como um todo. Para Souza, Santos e Souza (2010), a gestão democrática tem como norte primeiro a ação participativa, que deve objetivar o atendimento dos “interesses e anseios da comunidade.” (P. 03).

Ao realizamos nossa pesquisa em Campos dos Goytacazes, podemos perceber que as escolas investigadas carregam, ainda, como afirmam os autores, resquícios da colonização, formando cidadãos apáticos e passivos, incluindo seus profissionais, a espera do seu “senhor” para lhes indicar o melhor caminho para o que deve ser feito.

Pensar na eficácia de uma escola é também combater a lógica de mercado imposta, pois a escola eficaz é aquela que busca o envolvimento de todos que fazem parte dela por meio de características chave sedimentadas que procuram apontar melhores formas de se pensar a educação.

De acordo com Cury (2007), o direito à educação que objetiva desenvolver o exercício consciente da cidadania está muito bem exposto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que é um bem público.

Para tanto, de acordo com este autor, “um dos pressupostos que devem nortear os conteúdos curriculares é o da igualdade de condições, assegurada e protegida pelo poder público” (Cury 2007 p. 04). É possível, então, a compreensão de que a escola deve desenvolver, a partir da sua gestão, atitudes e atividades que procurem envolver toda a comunidade na participação construtiva de todo o processo educacional. A escola tem, como função social principal, o papel de atuar para diminuir a discriminação.

Ao apresentar uma gestão democrática, opta-se por expressar o sentido da igualdade, onde todos têm direitos e deveres. Os cidadãos devem ser escutados e, na medida do possível, entendidos. Este é o fundamento da educação proposto pela Constituição: levar a todos, sem exceção, a possibilidade de se “comunicar com o mundo” (Cury, 2007 p.06).

Ainda tomando o artigo 206 da Constituição, veremos que instituiu-se o “pluralismo de ideias e das concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público na forma de lei” (BRASIL 2012 p.117). Sendo assim, promover o pluralismo das ideias, de forma que todos tenham acesso e possam opinar, se faz objetivo principal para qualquer liderança.

Assim, podemos perceber que para que Campos dos Goytacazes possa superar suas deficiências na produção de uma escola de qualidade, há que se investir não em mais profissionais, ainda que isso seja necessários, não discutimos, mas, principalmente, terá que investir em ouvir e construir um consenso para a mudança junto ao seu corpo de profissionais existentes, com vistas à produção real de uma gestão democrática que

promova a participação em sociedade e o desejo de melhores e maiores resultados no cenário do país.

CARACTERÍSTICAS-CHAVE DAS ESCOLAS EFICAZES: O QUE SÃO?

Com o passar dos anos muitas foram as iniciativas por uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino. Para isto, são necessárias inúmeras pesquisas e dentre elas, pesquisas em eficácia escolar tem se destacado, ou seja, busca-se promover maiores e melhores resultados no índice educacional do país compreendendo os meios pelos quais essa educação de qualidade é produzida.

Estes estudos referentes às escolas eficazes têm crescido desde 1993 em âmbito internacional e, ao mesmo tempo, tem ganhado espaço na política em praticamente todos os países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e, sua maior experiência, tem sido reportada como sendo as ações implementadas pelo Partido Trabalhista inglês, a partir dos anos de 1997.

Contudo, a discussão sobre as escolas eficazes têm sido abordada desde 1960, pelos Estados Unidos e Inglaterra. Nesta época começava um estudo seminal. Pam Sammons (apud BROOKE e SOARES, 2008) procurou focar seu estudo naquilo que é chamado de características das escolas eficazes. Segundo esta autora, escolas eficazes são aquelas que, levando em consideração as características dos alunos admitidos, parecem acrescentar valor aos resultados educacionais desses mesmos alunos.

Eficácia não é um termo neutro e defini-la requer a observação de diferentes valores para um debate profícuo. São muitas as pesquisas tentando defini-la. De acordo com Mortimore (apud SAMMONS, 1991), uma escola eficaz seria aquela onde os alunos, de acordo com as suas características ao serem admitidos, progridem mais do que se poderia esperar, a partir dos parâmetros desejados.

A ideia central está localizada na questão da importância da escola, nos efeitos significativos para o desenvolvimento das crianças e na diferença que as escolas fazem. Por este motivo, muitos estudos confirmam a existência de diferenças significativas entre as escolas para o desempenho de seus alunos tanto estatisticamente quanto educacionalmente.

Sammons (2008) apresenta aqueles desdobramentos que são considerados os fatores-chave de eficácia. Ela explica que são variáveis interligadas de extrema importância para o entendimento de prováveis mecanismos de desempenho escolar. Estas variáveis são úteis para a compreensão do desempenho de um aluno em idade escolar e do

processo de aprendizagem. São úteis também para promover a eficácia e o melhoramento da escola, bem como os processos de autoavaliação e monitoramento da instituição de ensino.

A referida autora procurou integrar onze fatores para as escolas eficazes, tais como: 1) Liderança profissional firme e objetiva; 2) Objetivos e visões compartilhados; 3) um ambiente de aprendizagem; 4) concentração no ensino e na aprendizagem; 5) ensino e objetivos claros; 6) altas expectativas; 7) incentivo positivo; 8) monitoramento do professor; 9) direitos e responsabilidades do aluno; 10) parceria casa-escola e por fim, 11) uma organização orientada à aprendizagem.

Quando Sammons (2008) se refere a cada um destes desdobramentos, começando pelo primeiro, isto é, *a liderança profissional*, passa-se a compreender que este aspecto é necessário para dar início e manter o melhoramento da escola. Nesta mesma linha o segundo desdobramento, *objetivos e visões compartilhadas*, estão fortemente relacionados às características importantes a serem desenvolvidas para que se estabeleça uma unidade de propósitos com a prática consistente e a participação de todos.

O terceiro ponto se refere ao *ambiente de aprendizagem*, este está vinculado aos fatores de eficácia, ou seja, uma atmosfera ordenada e um local de trabalho atraente, orientado para as tarefas, fazendo-o tornar-se agradável, incentivando as boas práticas de aprendizagem e comportamento.

Busca-se estabelecer, nas pesquisas sobre eficácia escolar, aquilo que Sammons (2008) chamou de quarta característica, sendo esta a *concentração no ensino e na aprendizagem*, ou seja, uma correlação entre o foco dado pela escola ao ensino e à aprendizagem com a eficácia apresentada pela própria escola. Para isso, os estudos buscam estabelecer os aspectos relacionados tanto ao desempenho do professor, enquanto elemento central no processo de ensino aprendizagem, quanto às variáveis que descrevem o que se convencionou chamar de eficácia escolar, ou seja, elementos que, quando estão presentes, alteram o desempenho dos alunos que possuem *background* similar.

Ao mencionar o quinto aspecto, ou seja, *ensino e objetivos claros*, Pam Sammons (2008) relata que a qualidade do ensino está no coração de uma educação eficaz. Sendo assim, uma organização eficiente, a clareza de propósitos e as aulas bem estruturadas podem levar os alunos a progredirem de forma positiva além do que se espera.

O sexto fator mencionado diz respeito às *altas expectativas entre os professores, alunos e pais*. Segundo Sammons (2008), este é um fator importante para as escolas eficazes. Reforçar o sucesso por meio de elogios e fornecer desafios intelectuais é uma oportunidade chave para transmitir expectativas altas.

Neste aspecto, vale ressaltar que o valor central nas pesquisas se refere principalmente à relação professor/aluno. Relacionado a este fator, temos também a sétima característica que se refere, por sua vez, ao *incentivo positivo*, levar à integração do grupo, ao desenvolvimento do sentimento de pertença e à participação. Dessa forma, encontraram resultados de melhor controle e eficácia.

Para os programas de melhoramento do desempenho e progresso dos alunos, bem como das salas de aula e da escola como um todo, questões como o *monitoramento do desempenho*, oitavo ponto apontado por Sammons (2008) são características importantes, pois fazer avaliação rotineira e monitorar este processo pode assegurar informações mais concretas.

Um fator que foi descoberto e é comum nas pesquisas em escolas eficazes diz respeito à nona característica apresentada, ou seja, os *direitos e responsabilidades dos alunos*. Acredita-se que quando os alunos têm um papel ativo na vida da escola e quando também é dada a eles parte da responsabilidade por sua própria aprendizagem costumam responder melhor ao processo educativo.

Já, o décimo ponto refere-se à *parceria casa-escola*, à participação da família tem, por sua vez, alta relevância, pois, mostram efeitos positivos na aprendizagem dos filhos e também se constitui um fator-chave para a pesquisa em eficácia escolar.

Por fim o último fator citado pelo autor está relacionado à *organização orientada para a aprendizagem*. De acordo com Sammons (2008),

(...) “escolas eficazes são organizações que constantemente aprendem através dos seus professores e administradores experientes, mantendo-se a par de suas disciplinas e dos avanços na compreensão de práticas eficazes” (Apud BROOKE e SOARES, p. 375).

A partir do exposto, podemos reconhecer que estas variáveis estão interligadas e, de acordo com a autora, estes onze fatores exercem influencia direta na vida da escola de maneira geral, sendo elementos que enfocam aspectos associados aos processos da escola como um todo e que pretendemos operacionalizar para compreendermos melhor como se integram, de maneira concreta, no cotidiano das escolas que serão pesquisadas.

CONCLUSÃO

A palavra eficácia tem sido usada como seu sinônimo de sucesso. Assim, todos querem obter sucesso, e o seu meio é tornar-se mais eficaz e, aquele, muito difundido dentro das escolas, tem significado sair-se bem no IDEB. Assim, ter sucesso é obter notas altas no, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), dentre outros; é ser e fazer o melhor é estar no “quadro de honras” das melhores escolas do País ou, no mínimo, do município.

Em relação a ele as pesquisadoras Vieira e Fernandes (2011) mostram que há uma grande distância entre o que a prova exige e aquilo que é instruído aos professores ensinarem em sala. Dizem as autoras que alguns professores relataram que a abordagem do conteúdo que eles trabalham em sala de aula é diferente daquilo que está contido na prova.

Contudo, o melhor achado da pesquisa é que todos afirmaram que se sentem extremamente cobrados pela administração da escola como se fossem os únicos responsáveis pelos pontos negativos ou positivos obtidos nos exames e que estas avaliações interferem no cotidiano da escola de tal forma que passaram permear o currículo escolar, em detrimento do que prevê o currículo nacional para o ensino fundamental e médio, que diz que os conteúdos devem ser adequados à realidade local dos aprendizes, (VIEIRA e FERNANDES, 2011 p. 128 e 129).

Quando procuramos analisar concretamente os efeitos destes resultados sobre a realidade particular de alunos e professores, podemos perceber que para aqueles que não conseguiram atingir o mínimo necessário nas avaliações, há certa inadequação ao modelo educacional tido como eficaz nestes sistemas de avaliação.

Estudo como o de Vieira e Fernandes (2011), citado anteriormente, aponta que os professores têm se referido a estas avaliações de forma insatisfatória não apenas por sentirem-se pressionados, mas principalmente por perceberem que temos o costume de chamar de “culpa” tem ficado diretamente ligado a eles e não ao contexto em si em que está inserida a escola.

Ainda de acordo com Vieira e Fernandes (2011), “observa-se que as avaliações externas estão influenciando de modo decisivo a prática docente, ditando o currículo a ser trabalhado nas escolas.” (p. 128). E dessa forma a avaliação, que deveria ter um efeito formativo, reflexivo e não classificatório, passa a ser vista e utilizada apenas no intuito para verificação do desempenho pelo desempenho dos alunos e não como forma de

intervenção em uma realidade que pode estar ou não fora dos padrões de eficácia escolar de acordo também com a sua realidade.

A compreensão dos processos internos escolares por meio destas características chave podem responder as questões antigas do final dos anos 70, ou seja, se antes questionavam se as escolas poderiam fazer a diferença a partir do relatório de Coleman (Soares 2002), hoje pode-se dizer que estes estudos “abriram a caixa preta” para além da quantificação ou mesmo da possibilidade ou não de um aluno aprender. Ao contrário, a partir destes resultados e com o aprofundamento destas questões, a intenção é de constatar as qualidades e deficiências que as escolas demonstram por não ter bem desenvolvida ou ter bem desenvolvidas as suas características enquanto instituição de ensino.

Tendo as avaliações externas o meio mais concreto e divulgador do sucesso ou insucesso escolar como um todo, bem como dos professores e alunos, procuraremos identificar como os professores e alunos têm percebido esta realidade em Campos dos Goytacazes RJ e como estão procurando administrar essas questões com sua prática concreta no dia a dia da sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, A. (et al). Manifesto dos pioneiros da Educação Nova 1932 e dos educadores 1959. Recife: Massangana, 2010.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. 22.ed. Ijuí: Unijuí, 2007.
- BRASIL, 2004. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. RJ: Roma Victor.
- BROOKE, N. SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- CURY, C.R. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPAD** – v.23, n.3, p. 483-495, set/dez. 2007.
- Edgar MORIN. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In: Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (org), *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs. 2000
- ENSINAR E APRENDER. **Ranking das Escolas de Campos**. Disponível em: < <http://ensinar-e-aprender.blogspot.com.br/2012/08/ranking-de-escolas-de-campos-segundo.html>> Acesso em: 04 Out. 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **IDEB**. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>> Acesso em: 04 Out. 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **IDEB**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view=article> Acesso em: 26 Set. 2012.

Perrenoud, P. A Avaliação dos Estabelecimentos Escolares: Um novo Avatar da Ilusão Científica? in **Ideias (Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo, Brasil)**, " **Sistemas de Avaliação Educacional** ", nº 30, pp. 193-204, 1998

SOUZA, J.E. SANTOS, M.D. SOUZA, E.D. Gestão democrática na escola. **IV Fórum Identidades e Alteridades: Educação e Relações Etnicorraciais**. GEPIADDE/UFS. Itabaiana, 2010.

TEIXEIRA, E. C. **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas**. AATR- BA, 2002.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **A educação é a maior preocupação**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/sala-de-imprensa/releases/9485/educacao-e-3-maior-preocupacao-do-pais/>> Acesso em: 26 dez. 2012.

VERZA, S. B. **As políticas de Educação no Município**. Ijuí ed. UNIJUÍ, 2000.